

**Instituto Brasileiro de Análises Sociais e
Econômicas - IBASE**

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Membros da Diretoria do
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião




sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2015.



Audplus Auditores Independentes
CRC RJ-005324/O-0RJ



Celio Martins Coutinho
Contador
CRC RJ-070.316/O-4

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

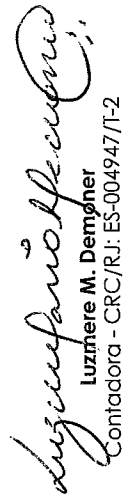
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.052.873	910.751	50.261	23.389
Contas a receber (Nota 5)	250.307	124.200	295	23.030
Adiantamentos diversos	14.655	6.894	301.762	211.017
			1.387.925	729.122
	2.317.835	1.041.845	582	21.218
			1.740.825	1.007.776
Não circulante				
Permanente				
Imobilizado (Nota 6)	97.153	136.168	674.163	170.237
	97.153	136.168	674.163	170.237
Total do ativo	2.414.988	1.178.013	2.414.988	1.178.013
Passivo				
Circulante				
Fornecedores (Nota 7)				
Obrigações tributárias (Nota 8)				
Obrigações trabalhistas (Nota 9)				
Recursos de projetos (Nota 10)				
Outras contas a pagar				
Patrimônio social				
Patrimônio social (Nota 11)				
Total do passivo	2.414.988	1.178.013	2.414.988	1.178.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sonia Maria Gomes de Carvalho
 Presidente


Luzimere M. Demphner
 Contadora - CRC/RJ: ES-004947/1-2

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Receitas operacionais		
Receitas de atividades sociais (Nota 12)	2.833.280	1.914.288
Outras receitas	-	3.470
	<u>2.833.280</u>	<u>1.917.758</u>
Gratuidade concedida (Nota 16)	<u>(871.461)</u>	<u>(772.461)</u>
	<u>1.961.819</u>	<u>1.145.297</u>
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal (Nota 17)	(1.171.830)	(1.054.826)
Despesas com produção e divulgação	(2.400)	(22.374)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(201.589)	(91.782)
Despesas com impostos e taxas	(64.836)	(36.237)
Despesas tributárias (Nota 15)	(752.958)	(623.558)
Depreciação e amortização	(35.000)	(31.702)
	<u>(2.228.613)</u>	<u>(1.860.479)</u>
Isenções tributárias (Nota 15)	<u>752.958</u>	<u>623.558</u>
	<u>(1.475.655)</u>	<u>(1.236.921)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas	<u>486.164</u>	<u>(91.624)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 17)	<u>17.762</u>	<u>(32.225)</u>
(Déficit) Superávit do período	<u>503.926</u>	<u>(123.849)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sonia Maria Gomes de Carvalho
Presidente


Luzinete M. Demoner
Contadora - CRC/RJ: ES-004947/T-2

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Déficit do exercício	503.926	(123.849)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>503.926</u>	<u>(123.849)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sonia Maria Gomes de Carvalho
Presidente


Luzmere M. Demoner
Contadora - CRC/RJ. ES-004947/T-2

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2012	294.086	(21.027)	294.086
Transferência para o patrimônio social	21.027	-	-
Déficit do exercício	-	(123.849)	(123.849)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>315.113</u>	<u>(144.876)</u>	<u>170.237</u>
Transferência para o patrimônio social	123.849	(123.849)	-
Superávit do exercício	-	503.926	503.926
Em 31 de dezembro de 2014	<u>438.962</u>	<u>235.201</u>	<u>674.163</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sonia Maria Gomes de Carvalho
Presidente


Luzmere M. Demoner
Contadora - CRC/RJ: ES-004947/T-2

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE


Demonstrações dos Fluxos de Caixa

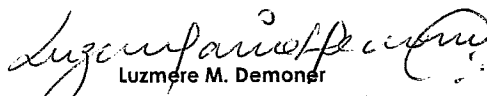
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Déficit do exercício	503.926	(123.849)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	<u>35.000</u>	<u>31.702</u>
	<u>538.926</u>	<u>(92.147)</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(126.107)	654.202
Adiantamentos diversos	<u>(7.761)</u>	<u>13.966</u>
	<u>(133.868)</u>	<u>668.168</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	26.872	18.451
Obrigações trabalhistas	(22.735)	(47.099)
Obrigações tributárias	90.745	(41.480)
Recursos de projetos	658.803	(390.757)
Outras contas a pagar	<u>(20.636)</u>	<u>21.218</u>
	<u>733.049</u>	<u>(439.667)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.138.107</u>	<u>136.354</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições de bens ao imobilizado	<u>(14.263)</u>	<u>(12.524)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(14.263)</u>	<u>(12.524)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Baixa de bens ao imobilizado	<u>18.278</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>18.278</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>1.142.122</u>	<u>123.830</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	910.751	786.921
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>2.052.873</u>	<u>910.751</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>1.142.122</u>	<u>123.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sonia Maria Gomes de Carvalho
Presidente


Luzmére M. Demoner
Contadora - CRC/RJ: ES-004947/T-2

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto social

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, criado em 14 de Outubro de 1980, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, regido por seu estatuto social e pela legislação em vigor, com prazo de duração indeterminado. Tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de caráter científico e cultural, tais como: estudos, pesquisas, análise e elaboração de projetos sócio-econômicos, estudos políticos, armazenamento e interpretação de dados, preparação e divulgação de estudos e relatórios, edições e publicações, por conta própria ou de terceiros, assessorar a defesa da garantia de direitos na área de assistência social, além de prestar serviços assistenciais sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual ou religiosa, bem como à pessoa com deficiência.

A Entidade é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicação no DOU de 25/11/91, e de Utilidade Pública Estadual, Processo Nº E-06/1164/89, conforme publicação no DOERJ de 03/05/1999. É detentora, ainda, de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos – CEFF Nº 28.990.012607/93-46, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, cujo prazo de validade foi de 29/04/2007 a 28/04/2010. Todavia, a Entidade protocolizou tempestivamente, em 26/04/2010, processo de renovação do CEFF, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, autuado sob o nº 71000.050176/2010-31, no qual obteve deferimento da renovação da Certificação em 21/11/2014 conforme Portaria 236/14, item 271, publicada no Diário Oficial da União de 25/11/2014, com validade de 29/04/2010 a 28/04/2015.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a dezena mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Imobilizado

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 9 de abril de 2015.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

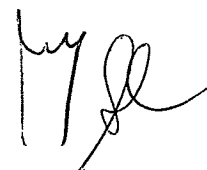
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (Veja Nota Explicativa 5).

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.



Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações quitadas e/ou canceladas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

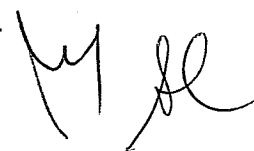
Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.



A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Doações, Subvenções e Incentivos Fiscais Recebidos

As doações e subvenções eventualmente recebidas, para custeio e/ou investimento, bem como incentivos fiscais recebidos, são contabilizadas em contas de receita, no Resultado, desde que livres de condição futura, caso em que são registradas em conta patrimonial passiva até que as condições sejam atendidas.

No caso das isenções tributárias usufruídas, relativas aos tributos federais (PIS e Cofins), bem como à quota patronal da previdência social (INSS), são reconhecidas como despesa, no resultado, como se devidas fossem.

d. Gratuidades

A Entidade registra as gratuidades concedidas em conta específica, no Resultado, segregada das demais contas de despesa.

e. Isenções tributárias

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

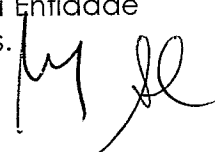
As demonstrações financeiras refletem as seguintes provisões:

Férias

Provisão constituída com base na remuneração dos empregados da Entidade e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes.

Provisão para contingências

Provisão constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.



g. Apuração do superávit (Déficit)

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são determinadas por meio do reconhecimento das doações, bem como dos convênios e parcerias.

O superávit (Déficit) do exercício de 2014 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais e estatutárias uma vez que o superávit (Déficit) será aplicado (absorvido) integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que assim dispõe: "o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social".

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

i. Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

Refere-se aos recebíveis de convênios e parcerias.

j. Passivo circulante e não circulante

Recursos de projetos

Abrangem os recursos recebidos por pessoas jurídicas para manutenção dos projetos assistidos pelo Instituto.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço patrimonial.

k. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.



As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na Nota Explicativa nº 21.

I. Patrimônio Social

Representa o patrimônio social da Entidade, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Fundo rotativo de caixa	4.210	17.964
Bancos conta movimento	149.993	42.949
Certificado de depósito bancário - CDB	<u>1.898.670</u>	<u>849.838</u>
	<u><u>2.052.873</u></u>	<u><u>910.751</u></u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são remuneradas a taxas que variam entre 98% e 99,5% do CDI, podendo ser resgatadas antecipadamente, sem prejuízo dos rendimentos.

5 Contas a receber

	2014	2013
Instituto universitas	-	201.000
Prefeitura do Rio de Janeiro	250.307	124.200
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>-</u>	<u>(201.000)</u>
	<u><u>250.307</u></u>	<u><u>124.200</u></u>



6 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Valor residual 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Valor residual 31/12/2014
Móveis e utensílios	20%	20.130	6.614	-	(2.604)	24.140
Máquinas e Equipamentos informática	20%	103.708	-	(18.278)	(26.242)	59.188
Máquinas e Equipamentos	20%	5.064	7.649	-	(2.269)	10.444
Móveis e utensílios		916	-	-	(277)	639
Máquinas e Equipamentos informática	10%	6.350	-	-	(3.608)	2.742
		<u>136.168</u>	<u>14.263</u>	<u>(18.278)</u>	<u>(35.000)</u>	<u>97.153</u>

	Taxas anuais de depreciação	Valor residual 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Valor residual 31/12/2013
Móveis e utensílios	20%	24.935	-	(1.706)	(3.099)	20.130
Máquinas e Equipamentos informática	20%	115.704	14.229	-	(26.225)	103.708
Máquinas e Equipamentos	20%	6.466	-	-	(1.402)	5.064
Móveis e utensílios		1.192	-	-	(276)	916
Máquinas e Equipamentos informática	10%	7.049	-	-	(699)	6.350
		<u>155.346</u>	<u>14.229</u>	<u>(1.706)</u>	<u>(31.701)</u>	<u>136.168</u>



A administração da Entidade julga que as taxas de depreciação aplicadas estão razoavelmente ligadas à vida útil econômica dos bens.

7 Fornecedores

O saldo de R\$ 50.261 (em 2013, R\$ 23.389) refere-se aos valores pagos a Prestadores de serviços pessoa jurídica.

8 Obrigações tributárias

	2014	2013
IRRF a recolher - Folha de pagamento	-	17.138
INSS a recolher - Prestação de serviços	-	3.981
IRRF a recolher - Pessoa física	-	1.847
ISS a recolher	295	-
Outros	-	64
	<u>295</u>	<u>23.030</u>

9 Obrigações trabalhistas

	2014	2013
PIS a recolher	-	1.603
INSS a recolher	-	10.858
Provisão de férias	<u>301.762</u>	<u>198.556</u>
	<u>301.762</u>	<u>211.017</u>



10 Recursos de projetos

	2013	Entradas	Saídas	2014
Petrobrás	18	1.869.513	1.721.886	147.645
Fundação Ford	145.805	391.826	265.953	271.678
Fundação Ford	-	227.762	112.386	115.376
Fundação Ford	-	356.796	266.308	90.488
OXFAM Brasil Global	160.908	94.400	258.005	(2.697)
Fundação Mott.	373.994	198.915	182.405	390.504
AIN - Ajuda das Igrejas Norueguesas	-	335.082	335.082	-
AIN - Ajuda das Igrejas Norueguesas	-	260.808	260.808	-
DKA Austria	48.397	60.005	59.348	49.054
DAR	-	142.005	118.341	23.664
PPM	-	302.213	-	302.213
	<u>729.122</u>	<u>4.239.325</u>	<u>3.580.522</u>	<u>1.387.925</u>

11 Patrimônio social

Patrimônio social

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício aprovado pela Assembleia Geral.

Superávits (Déficits) acumulados

Registra o valor do superávit (Déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral para absorção do patrimônio social.



12 Receitas de atividades sociais

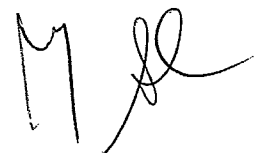
	2014	2013
Doações internas - PF / PJ	104.365	102.986
Convênios e Patrocínios		
Furnas Centrais Elétricas S.A.	822.200	-
FUNBIO - Fundo Brasileiro para Biodiversidade	522.637	412.613
Petrobrás	70.000	190.750
Prefeitura do Rio de Janeiro		
BNDES	-	177.000
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	81.000	30.000
IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade	80.812	59.062
Eventuais	63.000	-
Receitas externas		
EED - Serviços das Igrejas da Alemanha	1.068.987	655.818
The Revenue Watch Institute	14.460	-
AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa	-	100.375
OXFAM	-	93.486
Apoios Pontuais	5.819	92.198
	<u>2.833.280</u>	<u>1.914.288</u>

13 Aplicação de recursos

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

14 Auxílios e subvenções

Durante o exercício de 2014, o Instituto não recebeu auxílios ou subvenções do Poder Público.



15 Benefícios obtidos - Isenções tributárias

Conforme normas fiscais aplicadas às entidades sem fins lucrativos, a Entidade vem recolhendo o Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

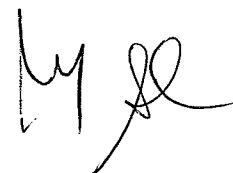
As isenções usufruídas no exercício de 2014 montam R\$ 752.958 (em 2013, R\$ 623.558), conforme demonstradas abaixo:

	2014	2013
INSS	667.960	566.129
COFINS	84.998	57.429
	<u>752.958</u>	<u>623.558</u>

16 Gratuidades concedidas

Em atendimento ao disposto no inciso IV, § 2º, do artigo 18º do Decreto nº 7.237/10, o IBASE concedeu as seguintes gratuidades:

	2014	2013
Receita total	2.864.968	1.934.962
% Conforme Decreto 7.237/10	20%	20%
Valor mínimo em gratuidade	572.994	386.992
Excedente em gratuidades	298.467	385.469
	<u>871.461</u>	<u>772.461</u>

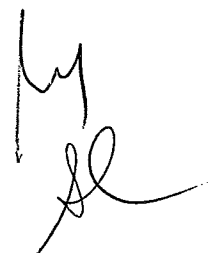


17 Despesas com pessoal

	2014	2013
Salários	(553.560)	(567.239)
FGTS	(72.532)	(67.656)
Férias	(207.222)	(83.681)
13o. Salário	(59.314)	(118.520)
Assistência médica	(67.356)	(89.341)
Refeição	(63.627)	(44.995)
Vale transporte	(17.760)	(6.925)
Prêmios e gratificações	(96.389)	(49.886)
Outros	(34.070)	(26.583)
	<u>(1.171.830)</u>	<u>(1.054.826)</u>

18 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Aluguel de imóveis	(44.332)	(800)
Condomínio	(21.538)	(21.000)
Comunicação de dados	(24.290)	(14.880)
Manutenção de equipamentos	(6.390)	(11.979)
Manutenção de software	(5.526)	(11.574)
Manutenção e instalações	(48.464)	(9.158)
Despesas cartoriais	(5.052)	(6.843)
Material de escritório	(8.792)	(5.224)
Seguros	(1.376)	(1.928)
Outros	(35.829)	(8.396)
	<u>(201.589)</u>	<u>(91.782)</u>



19 Resultado financeiro líquido

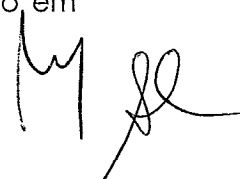
	2014	2013
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicação financeira	31.688	17.204
	<u>31.688</u>	<u>17.204</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(11.866)	(13.675)
Despesas com juros e multas	-	(35.079)
Outras despesas financeiras	(2.060)	(675)
	<u>(13.926)</u>	<u>(49.429)</u>
	<u><u>17.762</u></u>	<u><u>(32.225)</u></u>

20 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.



Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 98,5% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia, e estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

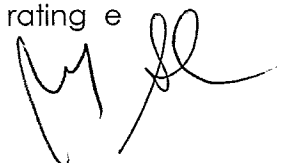
22 Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade está exposta aos seguintes riscos:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de empresas e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.



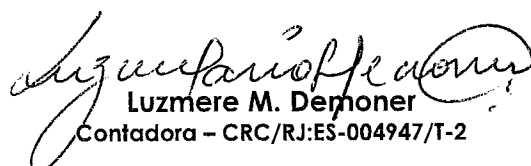
A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

* * *


Sonia Maria Gomes de Carvalho
Presidente


Luzmere M. Demoner
Contadora – CRC/RJ:ES-004947/T-2